

PLANÃO

Gestão tem até julho para valorizar mais de 15 mil servidores antes da eleição **Pág. 03**

BALANÇO

Confira como foram as mesas de negociação do Sismuc com a Prefeitura de Curitiba **Pág. 03**

José Cruz Agência Brasil



SAÚDE EM APUROS

Desvinculação de receita pode retirar até 37 bilhões do SUS e de programas como o ESF **Pág. 07**

Jornal do

SISMAUC



NÓS FAZEMOS A LUTA

SISMUC
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA

Edição 126 | MAI 2016

www.sismuc.org.br |  | 

Filiado a:

 **fessmuc**  **CONFETAM**  **CUT**

Manoel Ramires

Servidores devem pressionar por avanços nas pautas específicas

Por causa do período eleitoral e pela crise econômica, o governo Fruet tem negado as pautas específicas dos municipais. Contudo, muitas reivindicações não envolvem dinheiro, mas decisão política



Divulgação MDS



PARA TRÁS. O governo interino de Michel Temer tem recuado nos direitos sociais e na pautas dos servidores. Para Tereza Campello, país voltou 30 anos no tempo **Pág. 07**

EXPEDIENTE



Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Curitiba

Rua Monsenhor Celso, 225, 9º andar
Centro | Cep: 80.010-150 - Curitiba/PR
Telefone/fax: (41) 3322-2475
Email: imprensa@sismuc.org.br
Site: www.sismuc.org.br

Jornalista Responsável: Manoel Ramires (DRT 4673)
Jornalistas: Pedro Carrano (MTb 5064) e Phil Batiuk (MTb 10530)
Diagramação, charges e ilustrações: Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br)
Revisão: Soraya Zgoda
Impressão: Gráfica Mansão
Tiragem: 12 mil exemplares

DIRETORIA DA GESTÃO **NÓS FAZEMOS A LUTA**

Coordenação Geral: Irene Rodrigues dos Santos
Coordenação de Administração: Giuliano Marcelo Gomes
Coordenação de Finanças: Rosimeire Aparecida Barbieri
Coordenação de Estrutura: Jonathan Faria Ramos
Coordenação de Comunicação e Informática: Soraya Cristina Zgoda
Coordenação de Assuntos Jurídicos: Adriana Claudia Kalckmam
Coordenação Formação Estudos Socioeconômicos: Juliano Rodrigo Marques Soares
Coordenação de Políticas Sindicais: Liliane Rute Cotinho
Coordenação de Organização por Local de Trabalho: Cathia Regina Pinto de Almeida
Coordenação de Juventude: Juliana de Fátima Mildemberg de Lara
Coordenação de Saúde do Trabalhador: Antônia Ferreira
Coordenação de Aposentados: Natel Cardoso dos Santos
Coordenação de Mulheres: Maria Aparecida Martins Santos
Coordenação de Raça: Dermeval Ferreira da Silva
Coordenação de Movimentos Sociais: Casturina da Silva Berquo

Tem uma ideia legal de texto? Escreva e envie para a Coluna do Leitor do Jornal do Sismuc: imprensa@sismuc.org.br



Luta de classes no serviço público municipal

O compromisso de um sindicato é representar pessoas organizadas por local de trabalho. Isso serve para o Sismuc, mas também para qualquer entidade sindical. E significa o dever de observar, pautar e organizar lutas que avancem os direitos da categoria, envolvendo a base no processo. Em nosso caso, essas pessoas são os servidores públicos municipais de Curitiba. E, em qualquer medida, é preciso tomar lado.

Primeiro porque até há pouco tempo os sindicatos sequer eram reconhecidos e os gestores simplesmente faziam como bem queriam. Até a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em 1943, não existia garantia para data-base. Até 2002, não havia política de valorização do salário mínimo acima da inflação, que é referência para reajuste e progresso salarial de diversas categorias. Sem o sindicalismo, nada disso seria possível.

Representamos o lado mais fraco (ou menos rico) da sociedade, por mais que sejamos a maioria numérica da população - lembrando que as classes médias também fazem parte da classe trabalhadora.

Mas, para conquistar direitos, o movimento sindical precisa ter clareza a respeito do que defender e do que opor. Afinal, fazer política é tomar posição. E as posições se expressam dentro de dois grandes lados, opostos, na luta de classes. Briga que existe antes mesmo de nascermos. Ela acontece entre interesses de quem compra contra o interesse de quem vende força de trabalho para sobreviver. E se manifesta di-

retamente no mercado de trabalho - e indiretamente no serviço público.

No serviço público, a luta de classes aparece quando temos nosso dimensionamento apertado para que façamos mais sem que o gestor precise abrir concurso público. Ou quando recebemos uma gratificação para que o gestor não precise se preocupar com repasses à previdência. Ou quando nossa condição de trabalho é precarizada para que o gestor justifique a 'necessidade' de passar à iniciativa privada um serviço público.

Nesta luta, o movimento de trabalhadores ganha terreno pela demonstração de sua força em greves e mobilizações. Já quem detém, de fato, o Capital e o Estado não somos nós. Nós disputamos com eles por alguns avanços. Quando demonstramos força, conquistamos direitos.

Mas, se deixar, eles tiram de novo. Principalmente porque temos muito pouco em nosso favor. E muito contra nós.

Afinal, se o Estado é uma instituição em disputa, e, se de um lado estamos nós, do outro estão aqueles que querem uma 'boquinha': Quanto menos o gestor 'gasta' com o serviço público, mais ele pode 'investir' no mercado - e quem sabe lucrar votos ou mesmo dinheiro, quando sua família e parceiros possuem tais empresas.

É por isso que somos contra quem defende Estado mínimo, privatizações, terceirizações, arrocho salarial, retirada de direitos e outras barbaridades. Nós estamos do lado dos trabalhadores. E quem luta conquista. Portanto, pra cima deles, municipais! ▲

“ No serviço público, a luta de classes aparece quando temos nosso dimensionamento apertado para que façamos mais sem que o gestor precise abrir concurso público ”

SERVELINO, o servidor



PLANÃO. Gestão tem até julho para valorizar mais de 15 mil servidores antes da eleição



vou ao fim desta prática em planos aprovados em 2014, por exemplo. Luta que segue na construção do novo Planão.

Além disso, conquista importante dos novos planos que deve ser mantida é o crescimento anual. Pela lei atual, o procedimento ocorre a cada dois anos e corresponde a 2,8% de crescimento. Já a proposta defendida para o novo Planão é de que ele aconteça anualmente e corresponda ao menos a 2,1%, conforme já acontece na Guarda Municipal, no Magistério e na Educação Infantil. ▲

Municipais cobram novo plano de carreira

Por Phil Batiuk

Servidores municipais de Curitiba debateram a necessidade de um plano de cargos, carreiras e vencimentos que substitua as leis 11.000/04 e 12.083/06. Foi o Seminário do Planão. “Esta gestão aprovou três planos de carreira para cargos importantes e legítimos, mas por enquanto está deixando de fora mais de 15 mil servidores, a imensa maioria dos trabalhadores da Prefeitura”, aponta Irene Rodrigues, coordenadora geral do Sismuc.

Há 12 anos, o Sismuc critica o modelo atual, tendo arrancado avanços. Mas ainda falta valorizar tempo de serviço e escolaridade, além de garantir igualdade com cargos que já tiveram novo plano. De acordo com a equipe jurídica do sindicato,

a Resolução nº 21.054/02 do Tribunal Superior Eleitoral permite reestruturação de carreiras no serviço público mesmo após o fim do prazo eleitoral. Portanto, a administração tem até o dia 2 de julho para um aprovar novo plano.

PLANÃO. O plano é um instrumento de evolução na carreira que passa pela valorização da formação escolar, do esforço individual e do tempo de serviço. “Todas as funções são igualmente dignas e importantes, mas cada um dos quase 100 cargos da Prefeitura de Curitiba tem complexidades diferentes. O plano precisa prever tabelas e progressões para o crescimento de todos”, explica o Dr. Ludimar Ranzani, advogado do Sismuc.

Ele também lembra que foi a luta história de combate à concorrência entre servidores que le-

COMO É HOJE

- ▶ Crescimento horizontal 2.8% a cada dois anos sem concorrência, desde que haja 60 horas de formação;
- ▶ Crescimento vertical 15% com concorrência por pontos, mas vagas correspondem a somente 20% da categoria;
- ▶ Sem gatilho (bônus por tempo de serviço);
- ▶ Servidor em estágio probatório não é valorizado financeiramente;
- ▶ Tabela infinita, mas servidor levaria 108 anos para atingir a última referência;
- ▶ Piso de 2004 e crescimento conforme Lei 11.000.

COMO O SISMUC DEFENDE QUE SEJA:

- ▶ Crescimento linear de ao menos 2.1% ao ano, desde que haja capacitação, sem concorrência;
- ▶ Crescimento anual por titulação, a depender do título e do cargo, sem concorrência;
- ▶ Gatilho no 4º ano (10%) e no 14º ano (20%);
- ▶ Crescimento acumulado do estágio obrigatório, recebendo 4.7% após terceiro ano;
- ▶ Tabela com 30 referências, de modo que o servidor possa atingir a última referência no último ano da carreira (30-35 anos);
- ▶ Enquadramento do servidor de acordo com tempo de serviço desde a nomeação, levando em consideração progressão na carreira até hoje.

PAROU. Sismuc aponta recuos inclusive na política oficial contra o assédio moral, que não será inserido em lei

FAS: mesa de negociação não tem avanços

Por Pedro Carrano

A direção do Sismuc, servidores da FAS, representantes da Secretaria de Recursos Humanos e da Fundação debateram seis entre os 14 pontos da pauta específica. A avaliação do sindicato é ruim sobre a resposta da gestão a respeito de itens como assédio moral, possibilidade de redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas, maior presença da guarda municipal nos equipamentos municipais sujeitos a assaltos e realização de concursos públicos.

Em todas essas demandas a resposta oficial é o “não” ou manutenção da situação atual. Mesmo o item da possível extensão da gratificação,

prevista na lei 13776/2011, para todos os servidores da FAS, na avaliação do Sismuc, a gestão apontou apenas para 2017 e optou por não entender de imediato o benefício para toda a categoria, mesmo em vista de demanda judicial.

No caso do assédio moral, o sindicato enxerga um retrocesso inclusive na pauta. Ao não fazer um protocolo para resolver os casos de assédio enfrentados pelo servidor, a política da gestão se limita a prevenções e a uma dificuldade na própria tipificação do assédio. “Foi acordado que se faria uma lei na gestão Gustavo Fruet, ainda em 2013”, exclama Irene Rodrigues, da coordenação do Sismuc. ▲



Pedro Carrano

Prefeitura rechaçou as pautas na primeira mesa de negociação específica da FAS

AGENDA



8 de junho

Il rodada negociação FAS, no Ed Delta

ANO ELEITORAL. Justificativa para a recusa é a negociação acontecer em ano de eleições. Sismuc busca também aceleração em Plano de Carreira

Prefeitura recusa concurso público para agentes administrativos

Pedro Carrano



A Prefeitura de Curitiba alega que a falta de recursos financeiros e a legislação eleitoral impedem investimentos nos trabalhadores

Por Pedro Carrano

Os 2537 agentes administrativos do município, lotados em diferentes áreas, estavam representados na mesa de negociação específica entre Sismuc e prefeitura, representada pelas secretarias de Recursos Humanos, Saúde e Educação. Mesmo que, na reunião, o sindicato tenha falado da sobrecarga vivida pelo agente administrativo, a gestão reafirmou a não realização de concurso em 2016 e o remanejamento.

A justificativa é a impossibilidade em período eleitoral, assim como o atual cenário de crise econômica. “O agente administrativo é o coração da prefeitura”, protesta Casturina Berquó, da coordenação do Sismuc.

Sobre o remanejamento, a gestão relatou que, na área de Saúde, está realizando uma coleta de dados com o segmento. O pedido do sindicato era estender a metodologia usada na Saúde. Mas ficou definido que casos concretos serão encaminhados para os núcleos de recursos humanos.

PLANO DE CARREIRA E EXTENSÃO DAS

GRATIFICAÇÕES. Sobre o Plano de Carreira, os servidores questionaram por que o segmento ainda não teve acesso à carreira em comparação com a guarda municipal e magistério. “O próximo plano que deve acontecer é o da lei 11000”, garante a gestão, justificando a diversidade de cargos no segmento como empecilho para mais rapidez na apresentação.

A gestão atribui a distinção entre gratificações à responsabilidade de administrações anteriores. E reforçou a impossibilidade de estender para todas as secretarias do segmento dos agentes.

ENCAMINHAMENTOS SOBRE DESCRITIVO DE FUNÇÃO E CURSOS DO IMAP. Foi proposto também, em reunião, o reagendamento do debate sobre a revisão do descritivo de função. Falou-se sobre os cursos oferecidos pelo Imap. O sindicato reivindicou que os cursos sejam oferecidos para todas as áreas, com possibilidade de crescimento em tempo igual. “Para que se possa concorrer com igualdade, o que é menos injusto. A Prefeitura tem que dar essa condição e direito para todo mundo”, afirma Rose Barbieri, da coordenação do Sismuc. ▲

DESVIO DE FUNÇÃO.

Sismuc denuncia falta de agentes administrativos na Educação

► No segmento da educação, o Sismuc aponta a falta de agentes administrativos, o que sobrecarrega o servidor, além de comprometer outros servidores em funções que não são as suas. A denúncia aconteceu durante a mesa de negociação específica entre sindicato e prefeitura. “Os auxiliares de serviços escolares estavam assinando documentos, o que não faz parte do cargo”, afirma Rose Barbieri, da coordenação do Sismuc. O desvio de função foi reforçado ao longo da reunião - situação rechaçada pela Prefeitura. ▲

TABELA SALARIAL. Documento estaria pronto “há algum tempo”, mas ainda não foi apresentado a servidores e sindicato

Sismuc cobra plano de carreira da FCC

Por Phil Batiuk

“A fundação já teve 600 servidores e hoje mal tem 200. O último concurso foi em 1994 e todos sabem da necessidade, mas sempre tem algum impedimento”. A fala é de Casturina Berquó, servidora na Fundação Cultural de Curitiba (FCC) por 14 anos e coordenadora do Sismuc.

Para a administração municipal, o plano de cargos, carreiras e vencimentos (PCCV) já tramita na Câmara de Vereadores. Entretanto, para a Procuradoria Jurídica (Projuris) da própria casa legislativa, o projeto não constitui plano de carreira, pois nele faltam prazos, impacto financeiro e tabela salarial.

Tabela que já existe, segundo informações do RH e da FCC, mas que ainda não foi apresentada aos trabalhadores. “A tabela está em mãos há algum tempo, mas cabe ao presidente Marcos Cordioli decidir quando mostrar aos servidores”, justifica Sonia Zanetti, diretora administrativa e financeira da fundação.

Para o Sismuc, ter a tabela e não compartilhá-la é um mau sinal. Da reunião, ficou acordado apenas que a administração enviará ofício até 18 de maio, contendo informações sobre prazos e a tramitação da proposta na Câmara. Conclusão que é insuficiente para os trabalhadores. ▲

Sem avanços, promessa por tabela é o que fica da negociação



Phil Batiuk

PAROU. Sindicato questiona gestão sobre o descumprimento do Plano de Carreira

Curitiba não garante hora-atividade nem solução para descontos da greve

Manoel Ramires



As pautas específicas da educação serão tema de novo debate no mês de junho

Por Manoel Ramires

Nada de novo a oferecer aos professores de educação infantil. Essa é a postura da gestão Fruet durante mesa de negociação específica. A gestão municipal não avançou na correta execução da hora atividade, tampouco possuía resposta para a consulta pública sobre a eleição de direção. O

governo municipal também não trouxe respostas sobre a falta de profissionais para atender nos cmeis inaugurados ou para suprir a deficiência na rede. Por fim, mais uma vez postergou a conciliação das greves para maio, alegando que a secretária de recursos humanos ainda ia conversar com o prefeito.

Com relação a negociação das greves, a Prefeitura de Curitiba se-

gue postergando a pauta. Mesmo assim a secretária de recursos humanos deve conversar com o prefeito Gustavo Fruet e tem a intenção de intensificar o debate. O Sismuc, por sua vez, cobrou a lentidão na solução do caso que se arrasta há dois anos. Diante da cobrança, a hipótese é de que até o dia 19 esse assunto tenha uma posição definitiva.

DESCUMPRIMENTO DA HORA ATIVIDADE. Sobre a implantação gradativa da hora atividade, a gestão diz tem feito esforços para viabilizar o processo. A gestão diz que tem feito 20% de hora-atividade e que não tem expectativa de atingir a meta de 33%. A estimativa foi criticada pelo sindicato. "A lei determina que se chegue aos 33% e o prazo está terminando. Com a inaugu-

ração de novos cmeis e a falta de profissionais fica ainda mais difícil fazer a hora-atividade", expõe Juliana Mildemberg.

A inauguração de novos cmeis e a falta de nomeação de novos profissionais também foi apontada como problema para regularização da hora-atividade. O exemplo usado em mesa é que apenas 76 dos 120 professores necessários foram nomeados.

O Sismuc ainda reforçou que desde setembro de 2015 a gestão assumiu compromisso de novo dimensionamento e não fez sequer uma reunião sobre o tema. "A legislação deve ser cumprida globalmente. A gestão não pode escolher que lei se cumpre e qual não se cumpre. Por isso, a gestão deve garantir, por exemplo, o registro da folha ponto", exige Juliano Soares.

CONSULTA SOBRE ELEIÇÃO DE DIREÇÃO AINDA NÃO OCORREU

► A minuta de lei está nas mãos da Procuradoria Geral do Município. O sindicato cobra o parecer da gestão para dar prosseguimento no processo da consulta pública que deve definir novas direções de cmei, conforme acordado em plano de carreira. O documento está com a PGM há pelo menos um mês. A gestão afirmou que na próxima reunião deve ter uma resposta. ▲

FRUET. Governo negou principais pontos da pauta reivindicados pelos profissionais da educação

Trabalhadores de escola: nada, nada, nada!

Por Manoel Ramires

O último ano da gestão Gustavo Fruet se notabiliza por rechaçar as pautas específicas dos municipais. Com os trabalhadores de escola e de cmeis não é diferente. A gestão rechaçou aos profissionais que participaram do Profuncionário a transição para o cargo de técnico em trabalhadores de escola. A gestão ainda não garantiu a continuidade do programa depois de 2016 e ainda negou lei específica que regularize os recessos de fim de ano.

Quanto ao cargo de técnicos em trabalhadores de educação, o governo disse que a transição depende de programa específico do Governo Federal e que não é permitido essa transição. Os representantes do Sismuc argumentaram que o objetivo é valorizar os profissionais que fizeram o Pro-

funcionário. O argumento é de que a gestão está distante dos profissionais e não vê que o trabalhador está educando também.

CRIANÇAS ESPECIAIS. Trabalhadores de escola alegam que não tem formação e capacitação para o atendimento de crianças especiais. Essa posição é confirmada por parecer do Conselho Regional de Enfermagem (Coren), dizendo que os cuidados devem ser feitos por profissionais da enfermagem.

DIMENSIONAMENTO. A pauta pede que ocorra a diminuição da quantidade de crianças sob a responsabilidade do trabalhador de escola. A gestão alegou que atende a reivindicação e que está disponibilizando mais profissionais. No entanto, admite que tenha escolas com falta de profissionais, por isso fez curso para repor trabalhadores. ▲



Discussão dos demais itens da pauta ocorre no dia 9 de junho, às 09h30

Manoel Ramires

AVALIANDO. Pelo quarto ano consecutivo gestão trava atendimento em duplas e equipamentos de trabalho

Pauta dos fiscais não avança na gestão Fruet



Manoel Ramires

Categoria aponta falta de investimentos municipais para melhorar a fiscalização em Curitiba

Por Manoel Ramires

Planejamento, estudos, verificações. Por toda a gestão Fruet esse foi o discurso utilizado com relação à pauta específica dos fiscais. Dessa vez não foi diferente. Representantes da Prefeitura de Curitiba se comprometeram mais uma vez a realizar estudos sobre identificação dos fiscais, mesmo ela já ocorrendo parcialmente, o desempenho de atividade de fiscalização em duplas, além de equipamentos eletrônicos para aperfeiçoar o trabalho na cidade. De novo apenas o compromi-

so da gestão de construir, junto com o Sismuc, um protocolo de atuação da fiscalização, uma vez que a atuação nas secretarias de obras, meio ambiente, urbanismo e abastecimento não ocorrem de forma integrada. "Existem muitas prefeituras dentro da prefeitura que não estão dialogando adequadamente", avalia Irene Rodrigues, coordenadora geral do Sismuc.

Alguns temas ficaram de ser retomados em próxima mesa. Um deles é a identificação dos fiscais. Ela já ocorre no urbanismo e deve ser ampliada. Quanto à fiscalização em duplas, a gestão afirma que fará estudos técnicos. Outro

assunto trazido à mesa é a informatização da fiscalização. O Sismuc cobrou que o governo entre no século XXI. Os fiscais realizam seu trabalho anotando na prancheta as infrações e depois os registrando em computador, tornando o trabalho mais lento e ineficiente.

PROTOCOLO DE FISCALIZAÇÃO.

Também ficou claro que não há unificação de atuação e de equipamentos dos trabalhadores nas diversas secretarias em que estão lotados. Por isso, sugeriu-se a formulação de um protocolo de fiscalização. A sugestão foi acatada pela administração municipal. ▲

CONGELAMENTO.

Gestão não sinaliza com capacitações e aperfeiçoamento para servidores terem crescimento

Sismuc cobra valorização profissional e pessoal dos polivalentes

Por Manoel Ramires

Anda a passos lentos a valorização dos polivalentes. Com o adiamento da mudança de nome e a falta de políticas para crescimento na carreira e até mesmo cursos de capacitação, os profissionais não vislumbram avanços na "Curitiba mais humana".

O resultado da mesa de negociação é medido pelo polivalente Aureo Partica: "A pessoa tem que ter valorização pelo conhecimento, pois eu tenho 30 anos de profissão e isso não são 30 dias", desabafa. A declaração ocorreu após a gestão adiar por mais trinta dias a possibilidade de mudar a nomenclatura de polivalente para o cargo com o qual o servidor se identifica e desempenha. O tema foi levado à Câmara Municipal durante a votação da data-base. Contudo, a alteração do nome não contemplava a categoria, retirando o assunto da pauta.

Os polivalentes se decepcionaram principalmente com a falta de perspectiva profissional. A capacitação permanente dos trabalhadores é um tema controverso. A coordenadora do Sismuc Irene Rodrigues até citou que muitos não receberam capacitação da dengue. Por sua vez, a gestão informou que há oferta de cursos, mas que eles estão esvaziados. Por isso, para a PMC, o objetivo é melhorar essa relação. Um passo é repassar a lista de articuladores do IMAP e de outras secretarias e, posteriormente, a lista de cursos ofertados.

Isso não significa crescimento na carreira, uma vez que a gestão nega o crescimento vertical para a parte especial, pois possui apenas ensino fundamental, impossibilitando progressões. Versão contestada pelos números e pelo sindicato. Dados da Prefeitura mostram que dos 602 trabalhadores, 437 são estatutários e apenas 165 estão na parte especial. ▲

Manoel Ramires



Pauta dos polivalentes está congelada

AÇÃO DOS GUARDAS MUNICIPAIS

450

▶ guardas municipais já entregaram documentação para ações que devolvem recursos do IPMC

11/2011 e 11/2012

▶ apenas guardas municipais sindicalizados neste período tem direito a participar da ação

31 de maio

▶ prazo final para entrega dos documentos

10% e 22%

▶ Taxas cobradas de honorários advocatícios para sindicalizados atualmente e dessindicalizados

na pauta

Empresas da Lava Jato doaram a 12 ministros de Temer

▶ Dinheiro de empresas envolvidas no esquema revelado pela Operação Lava Jato irrigou as campanhas de 12 dos 13 ministros nomeados pelo presidente em exercício, Michel Temer (PMDB), que se candidataram a algum cargo eletivo em 2014. Os recursos foram repassados de forma legal e declarados à Justiça Eleitoral. Os que declararam doações de empresas que estão na mira da operação foram José Serra, Henrique Eduardo Alves, Geddel Vieira Lima, Blairo Maggi, Maurício Quintella, Raul Jungmann, Mendonça Filho, Leonardo Picciani, Osmar Terra, Fernando Coelho Filho, Bruno Araújo e Ricardo Barros.

6 bilhões

▶▶ Este é o impacto nas contas públicas do reajuste de 41% do Judiciário aprovado em meio a crise pelo Legislativo Federal.

Mendonça Filho é vaiado por servidores do Ministério da Cultura

▶ O novo ministro da Educação e Cultura, Mendonça Filho, passou por um escracho no primeiro dia à frente do cargo. A fusão das duas pastas e o perfil do ministro empossado levou a críticas por parte de intelectuais e acadêmicos. A nova estrutura do ministério será remontada e o chefe da pasta, deputado pelo DEM de Pernambuco, resolveu fazer uma reunião de apresentação no auditório do Ministério da Educação, e depois foi se reunir com os demais servidores no prédio da Cultura. Mas foi recebido com cartazes e gritos de "Vaza", "Não reconhecemos um ministério golpista" e "Cultura sim, golpe não". Para os servidores, a Cultura foi considerada de menor importância a ser dada às políticas públicas de cultura pelo novo governo interino.



Mídia Ninja

ONU pede ação urgente para apoiar 1,7 milhão de pessoas atingidas pela seca

▶ No total, cerca 37% das 4,6 milhões de pessoas em Somalilândia e Puntlândia precisam de alguma forma de assistência humanitária. Coordenador humanitário da ONU diz que, com ação preventiva, é possível evitar efeitos "devastadores" da seca, intensificada pelo El Niño.

Programa de Temer mostra falta de conhecimento da pobreza no Brasil. O país retrocedeu 30 anos em 24 horas

Tereza Campello, ex-ministra do desenvolvimento social



SUS. Ministro de Temer quer desobrigar estados e municípios a investir em saúde pública

PEC defendida por Romero Jucá deve tirar R\$ 35 bilhões da Saúde em 2017

Andre Dusek AE



Romero Jucá deve ser responsável pelos cortes na saúde para governo economizar

Por Fernando Rodrigues/UOL

▶ A proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 143 de 2015, conhecida como "DRU dos Estados", pode tirar R\$ 35 bilhões da saúde pública em 2017". A estimativa é oficial e foi feita pelo Departamento de Economia da Saúde do Ministério da Saúde. A PEC foi relatada pelo atual ministro do Planejamento, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que deu parecer favorável ao projeto.

O texto deve ser votado em 2º turno no Senado em maio. Estados poderão reduzir em até R\$ 14 bilhões os gastos na área. Os municípios poderão deixar de investir até R\$ 21 bilhões. O autor da proposta é o senador Dalirio Beber (PSDB-SC).

Se a PEC relatada por Jucá não passar, os Estados continuarão obrigados a gastar R\$ 58,3 bilhões em 2017. Caso a proposta seja aprovada, a verba poderá cair para até R\$ 43,7 bilhões. A queda nos municípios pode ser de R\$ 84 bilhões para R\$ 63 bilhões. Se

aprovada, a nova regra valerá até 2023.

É importante dizer que os Estados e as cidades não estarão obrigados a gastar menos com saúde. O que acontece é que ficam desobrigados de investir parte do dinheiro que hoje é destinado obrigatoriamente para a área.

Os números foram compilados pelo Ministério da Saúde a partir de informações do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), mantido pela pasta. A PEC estipula que 25% desse dinheiro possa ser utilizado livremente. É daí que virá a diferença. Hoje, municípios são obrigados a gastar 15% de tudo que arrecadam com a saúde. Os Estados devem aplicar 12%.

Para Jucá, a desvinculação não é obrigatória. "O mesmo remédio que socorre a União precisa socorrer os Estados e municípios, também", disse. "Ademais, a desvinculação não significa obrigação de cortar. Trata-se de aumentar a margem desses entes", acrescentou. ▲

À VENDA. Relação Estado-empresas será desregulamentada

Temer retoma privatizações de 1997

Por Paula Padilha

▶ Ao assumir a presidência, o interino Michel Temer assinou a segunda Medida Provisória de seu governo, ainda no primeiro dia de afastamento da presidente eleita Dilma Rousseff. A MP 727/2016 cria o chamado "Programa de Parceria de Investimentos (PPI) dá outras providências".

Temer reiniciou o Programa Nacional de Desestatização, de 1997, para que as parcerias privadas sejam as responsáveis, a partir de agora por empreendimentos de infraestrutura pública, visando a desestatização, com caráter de prioridade nacional, e para isso, serão eliminadas barreiras burocráticas e legais para que os projetos sejam realizados. Os órgãos estatais também deverão obter quaisquer tipos de licenças para execução das obras, inclusive as de proteção ambiental e indígena. As licitações e parcerias não serão dependentes de lei específica.

O governo interino é de 180 dias, mas a MP criou um Fundo para as parcerias, via BNDES, com prazo mínimo de dez anos. ▲

AGENDA

Maio

25 **Coletivo Aposentados** Horário: 14:00 Local: Sismuc – 2º andar

Coletivo Fiscais Horário: 19:00 Local: Sismuc – 2º andar

31 **Assembleia Congresso Sismuc** Horário: 19:00 Local: Sismuc – 2º andar

Junho

01 **Coletivo Trabalhadores de Escola** Horário: 19:00 Local: Sismuc – 2º andar

06 **Coletivo Administrativo PMC** Horário: 19:00 Local: Sismuc – 2º andar

Assembleia FAS Horário: 18:30 Local: Sismuc – 2º andar

07 **Coletivo Delegados Sindicais** Horário: 09:00 e 14:00 Local: Sismuc – 2º andar

Mesa específica fiscais Horário: 09:30 Local: Ed Delta

08 **Conselho Municipal de Saúde** Horário: 14:00 Local: Ed Delta

09 **Mesa específica Trabalhadores da Educação - Retomada da pauta específica** Horário: 09:30 Local: Ed Delta

Mesa específica Professores de Educação Infantil Horário: 19:00 Local: Sismuc

Coletivo da FAS Horário: 19:00 Local: Sismuc

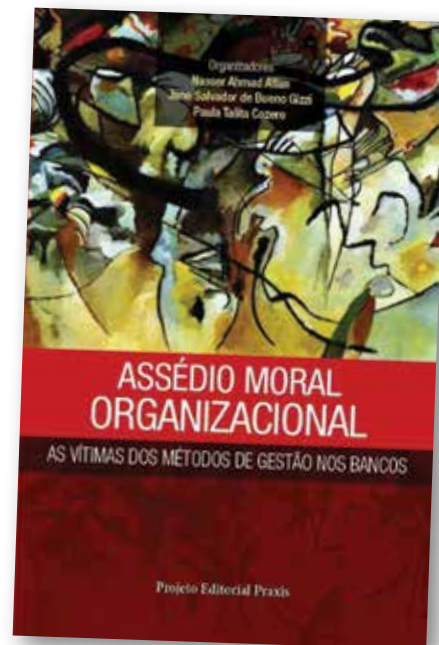
10 **Coletivo Smelj** Horário: 19:00 Local: Sismuc – 2º andar

LIVRO

Sobre o Assédio Moral Organizacional

Por Pedro Carrano

O livro “Assédio Moral Organizacional – as vítimas dos métodos de gestão nos bancos”, editado em 2015 pelo Projeto Editorial Práxis, fala do problema do assédio moral a partir das situações constantes e extremas que ocorrem entre os trabalhadores bancários. Porém, os artigos do livro dão uma dimensão ampla do tema, passando pela relação entre o assédio moral e a organização do trabalho, voltada para metas e índices desumanos de produtividade, o que aumenta a incidência do assédio moral. De acordo com o texto de Margarida Barreto, o assédio no âmbito do funcionalismo pode surgir da seguinte forma: “Muitos dizem: ‘Não temos a quem denunciar, pois os colegas nem ao menos servirão como testemunhas, na medida em que poderão ser prejudicados para o resto de suas vidas dentro do setor’”, descreve o texto na página 190. ▲



SINOPSE

Colônia (2015)

Em Colônia, Emma Watson, a Hermione de Harry Potter, faz um papel totalmente diferente do que impulsionou a sua carreira. Ela vive o papel de Lena, uma comissária de bordo alemã que fica presa no Chile após do golpe militar do General Augusto Pinochet, em 1973.

Como seu namorado, também alemão, é preso por tirar fotos da violência praticada pelos militares nas ruas, cabe a ela resgatá-lo. A Esquerda no país está destruída e não tem condições de ajudá-la. Mas os assassinos do presidente eleito Salvador Allende não enviam seus prisioneiros políticos a prisões comuns.

Para salvá-lo, Lena precisará infiltrar a Colônia Dignidade, seita religiosa alemã comandada pelo patriarca Pio, uma comunidade isolada no Sul do país que serve de fachada para um campo de concentração de inspiração nazista, apenas um dentre muitos a serviço do golpista Pinochet. ▲



SERVIÇO

- ▶ **DATA DE LANÇAMENTO:** 18 de fevereiro de 2016 (Alemanha)
- ▶ **DIREÇÃO:** Florian Gallenberger
- ▶ **ROTEIRO:** Torsten Wenzel e Florian Gallenberger
- ▶ **ELENCO:** Emma Watson, Daniel Brühl, Michael Nyqvist

Desvio de Função,

DENUNCIE

Pode aparecer absurdo, mas acontece...

